

CRIME DE ÓDIO

PT quer federalizar apuração

Partido se mobiliza para que o assassinato de tesoureiro da sigla por bolsonarista, no Paraná, seja tratado como ataque político

» LUANA PATRIOLINO
» HENRIQUE LESSA

O PT vai hoje à Procuradoria-Geral da República (PGR) para pedir que seja investigado em nível federal o assassinato do guarda municipal Marcelo Aloizio Arruda, tesoureiro do partido em Foz do Iguaçu (PR). O argumento da sigla é que se trata de um **crime político**, porque foi cometido pelo agente penal bolsonarista Jorge Guaranho.

Nesta quarta-feira, a legenda tem reunião marcada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde pretende cobrar ações para evitar a escalada da violência durante a campanha ao pleito de outubro.

Marcelo Arruda foi morto a tiros na noite de sábado, enquanto comemorava o seu aniversário de 50 anos com uma festa temática do PT. A presidente do partido, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), responsabilizou diretamente o presidente Jair Bolsonaro (PL) pelo assassinato — porque incita a violência — e disse que não há possibilidade de diálogo com o chefe do Executivo.

Ontem, integrantes da pré-campanha do PT e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmaram que procuraram Bolsonaro na tentativa de articular alguma sinalização de paz entre os pré-candidatos. Gleisi afirmou não ser possível esperar acenos pacíficos do chefe do Executivo. Destacou, ainda, que ele incita a violência com “lives irresponsáveis”.

Em documento publicado ontem, partidos cobram providências da Suprema Corte, além das autoridades de segurança pública do país. “Entendemos que cabe ao TSE, bem como ao Supremo Tribunal Federal e às autoridades responsáveis pela segurança pública tomar iniciativas que garantam eleições livres e pacíficas, coibindo agressões e violência, como as que o bolsonarismo vem praticando”, diz a manifestação, assinada por PT, PSB, PSol, PCdoB, PV, Rede e Solidariedade.

Por enquanto, a agenda de

CHRISTIAN RIZZI



A presidente Gleisi Hoffmann no velório do guarda municipal Marcelo Arruda, assassinado quando comemorava o aniversário de 50 anos

Possível frustração

A Procuradoria-Geral da República (PGR) deve frustrar a tentativa do PT de federalizar a investigação sobre o assassinato do guarda municipal Marcelo Arruda. O argumento é de que se tratou de crime comum, cuja Justiça e as autoridades locais têm capacidade de solucionar.

Lula, pré-candidato ao Planalto, e seu vice, Geraldo Alckmin (PSB), está mantida sem alterações. No entanto, a expectativa é de uma piora no cenário político polarizado no país.

O Correio entrou em contato com o TSE para questionar sobre

o encontro com a presidente do PT e ações de combate à violência política, mas não teve retorno até o fechamento desta edição.

Medida rara

Para o jurista Lenio Streck, promotor aposentado e professor de direito, há todas as condições de federalizar o caso. Ele destacou que a federalização foi instituída na Emenda Constitucional 45 de 2004 e sua finalidade é garantir a apuração de crimes que, seja por influência política, seja por deficiência operacional, corram o risco de não serem resolvidos pelas autoridades locais.

Streck apontou outra condição importante para a federalização: a inclusão dos fatos

investigados em situações que possam ser entendidas como agressão a direitos humanos, o que, na avaliação dele, está presente no caso do assassinato de Marcelo Arruda.

O especialista lembrou que a federalização é muito rara, tendo acontecido poucas vezes, mas destacou que a medida foi adotada no caso da missionária americana Dorothy Stang, o qual, em função das possíveis influências locais e por não se caracterizar como um assassinato comum, mas, sim, como um crime de conotações políticas, teve requerida a federalização.

“O caso Marcelo vai muito além de um assassinato, é um caso que, simbolicamente, representa um problema político, de violência política”,

enfatizou. “Não foi um crime comum, isso é uma questão de direitos humanos.”

Soraia da Rosa, professora de direito processual penal da Mackenzie de Brasília, explicou que para justificar a federalização é necessário a comprovação da leniência dos órgãos responsáveis pela apuração.

“Pelo que vem sendo publicado pela mídia e por autoridades, acho precipitado pedir à PGR para federalizar a investigação. Havia ali a delegada que teria um posicionamento político contrário ao PT em 2017, mas até já a substituíram (leia reportagem abaixo). No entanto, isso não diminui a urgência do caso, pois é um crime muito sério e que abala a todos.” (Colaboração João Gabriel Freitas, estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa)

Decretada prisão preventiva

» LUANA PATRIOLINO
» JOÃO GABRIEL FREITAS*

A Justiça decretou a prisão preventiva do policial penal federal Jorge Guaranho, que assassinou o guarda municipal e tesoureiro do PT Marcelo Aloizio de Arruda, em Foz do Iguaçu (PR). O anúncio foi feito em coletiva, ontem, do Ministério Público do Paraná (MP-PR).

Imagens de uma câmera de segurança registraram o momento em que Guaranho discute com o petista do lado de fora da festa de aniversário da vítima, minutos antes de matá-lo a tiros. O policial foi atingido pelo guarda municipal, que também estava armado, e está internado em estado grave.

O promotor de Justiça Tiago Lisboa Mendonça afirmou que o agente será ouvido assim que tiver condições e informou que o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) fará parte da equipe de investigações.

“Vários pontos precisam ser esclarecidos. Por qual razão ele esteve no local? Foi apurado que ele era membro de uma associação da região, em razão de que ele poderia estar aí fazendo rondas externas, que eram feitas, mas é necessário apurar se dentro dessa ronda, ia até aquele ponto específico”, disse Mendonça.

Apoiador do presidente Jair Bolsonaro, Guaranho publicava nas redes sociais mensagens de apoio ao chefe do Planalto e seus aliados. Em uma das publicações, ele é visto ao lado do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL), filho do presidente.

Em nota a Secretaria de Segurança Pública (SESP) do Paraná anunciou que Camila Cecconello, chefe da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), presidirá o inquérito policial. Ela substitui a delegada lane Cardoso, que fez postagens antipetistas em redes sociais pessoais em 2017.

Ex-presidente estará em Brasília

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) confirmou a agenda de pré-campanha em Brasília, apesar de recentes casos de violência contra petistas, como o atentado com uma bomba de fabricação caseira no ato que ele fez no centro do Rio de Janeiro, na semana passada, e o assassinato, em Foz do Iguaçu (PR), do militante Marcelo Arruda. A programação na capital federal inclui um evento público no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, a partir das 17h.

Apesar de o PT informar que todo o ato será transmitido ao vivo pelas redes sociais do partido, a participação no evento — que contará com a presença, também, do vice da chapa, Geraldo Alckmin — segue aberta para o público. Haverá detectores de metal nas entradas, e os organizadores estão pedindo aos apoiadores que se dirijam ao local sem bolsas ou sacolas grandes. Está previsto, também, o cadastramento prévio dos participantes no site da campanha. Só assim será

possível o acesso. Nesse cadastro, o interessado deve fornecer dados pessoais, como o nome, CPF e telefone.

Antes do ato público, Lula deve se reunir com dirigentes e empresários, na sede da Confederação Nacional do Comércio (CNC), onde o pré-candidato receberá as demandas do setor. O ex-presidente também tem compromisso com lideranças políticas e parlamentares no Congresso. Um deles será o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). (HL)

Bolo com decoração de arma

Reprodução/Instagram



Filho do presidente da República, o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) comemorou o aniversário de 38 anos com um bolo decorado com uma arma e balas. As imagens da festa foram postadas pela mulher do parlamentar, Heloisa. Numa delas, aparece Eduardo, a mulher e a filha do casal. A mensagem que acompanha a foto diz: Feliz 38, meu amor! A sua vida nos enche de alegria e orgulho! Que Deus derrame suas bênçãos e te conceda muita saúde, pra vivermos sempre bem juntinhos!.

Pacheco faz cobrança a Bolsonaro e Lula

Waldemir Barreto/Agência Senado



Pacheco disse que líderes políticos têm obrigação de promover a paz

» VICTOR CORREIA

O assassinato do dirigente petista Marcelo Arruda, no sábado, repercutiu, ontem, no Congresso. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que o ataque é reflexo do momento atual e apelou para que líderes políticos e candidatos não promovam a violência.

“Essa barbaridade que aconteceu e tirou a vida de um pai de família em plena festa de aniversário, de fato, são cenas repugnantes, chocantes, é a expressão pura, infelizmente, do momento político, de muito ódio e de muita intolerância”, afirmou, em entrevista coletiva. “As pessoas estão se matando, matando umas às outras por motivo ideológico, por motivo político. Isso é inaceitável.”

O senador também

classificou a atual violência política como um “tempo medievall em tempos modernos de rede social” e disse que os líderes políticos, especialmente os que concorrem nas eleições deste ano, têm a obrigação de promover um ambiente não violento durante a campanha.

“E me refiro ao presidente (Jair) Bolsonaro e ao presidente (Luiz Inácio) Lula (da Silva), a responsabilidade desses líderes políticos de provocar um pouco de paz neste país, que se faça uma votação com discussão de ideias, com discussão de propostas”, frisou Pacheco, defendendo, ainda, que haja um aumento na segurança dos candidatos durante as eleições.

Por sua vez, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL),

se manifestou por meio de nota. Sem citar explicitamente o caso, o deputado destacou que “a campanha eleitoral está apenas começando”. “Conclamo a todos pela paz para fazer nossas escolhas políticas e votar nos projetos que acreditamos. Essa é a premissa de uma democracia plena e sólida, como a nossa.”

Parlamentares da base governista criticaram a associação entre o assassinato e Bolsonaro. O policial penal Jorge José da Rocha Guaranho, que invadiu a festa de aniversário e matou Marcelo Arruda a tiros, é apoiador declarado do presidente. Segundo o boletim de ocorrência da Polícia Civil sobre o caso, ele teria descido do carro armado e aos gritos de “aqui é Bolsonaro”. Opositores

enfatizam que os discursos do chefe do Executivo incitam a violência política, e o responsabilizam pelo atentado.

“Na linha de raciocínio que estão empregando a esse caso em Curitiba, o atentado abaixo tem nome e sobrenome. ‘PT e puxadinhos’, postou o deputado federal José Medeiros (PL-MT), compartilhando um vídeo do atentado com faca a Bolsonaro em 2018, durante a campanha presidencial.

O deputado Aluisio Mendes (PSC-MA) também comentou o caso. “Nossas orações e sinceros sentimentos às famílias das vítimas do lamentável episódio violento em Foz do Iguaçu. Nada justifica a violência, e as divergências de ideias jamais podem ser maiores que a vida”, ressaltou.